



Câmara Municipal de Curitiba

Publicado automaticamente no Diário

de ____/____/____
Horário: _____

Divisão de Protocolo Legislativo

Dê-se encaminhamento regimental.

Sala das Sessões, ____/____/____

Presidente

PROPOSIÇÃO Nº 062.00723.2022

A Vereadora **Amália Tortato**, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara Municipal de Curitiba a seguinte proposição:

Requerimento de Pedido de informações oficiais do Município

EMENTA

Solicita informações à Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento de Curitiba quanto ao projeto de implantação de Pavilhão de Cultura e Inovação do Setor Histórico.

Requer à Mesa, na forma regimental, seja encaminhado expediente a Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento de Curitiba quanto ao projeto de implantação de Pavilhão de Cultura e Inovação do Setor Histórico.

Por meio do protocolo 04-061065/2019 foi realizada análise para a desapropriação do imóvel de indicação fiscal 11.030.005.000, o que foi formalizada via Decreto 818 de 22 de junho de 2020, que em seus art. 2º assim dispõe:

Art. 2º A desapropriação é necessária para implantação de Pavilhão de Cultura e Inovação como Infraestrutura de Valorização e Animação do Setor Histórico.

Em que pese a desapropriação ter ocorrido com o objetivo de construção de um pavilhão cultural, atualmente a área vem sendo explorada como estacionamento e utilizada pelos cidadãos curitibanos e turistas.

Desta feita, indaga-se:

- 1) Qual previsão de custos para a execução deste Projeto?
- 2) Há previsão de licitação da obra?

3) Qual a dotação orçamentária específica dos recursos a serem despendidos para a referida obra?

4) Qual a real necessidade de construção deste espaço, considerando que Curitiba conta com um total de 148 espaços culturais, sendo 19 centros culturais [1]

[1] <https://ippuc.org.br/seuc/equipamentospastasseuc.php>

Palácio Rio Branco, 08 de dezembro de 2022

Amália Tortato
Vereadora

Justificativa

Considerando a ausência de tais dados nos Portais do Município e a necessidade destas informações para exercício das atividades inerentes ao mandato, ainda permitir o exercício de fiscalização inerente à função de vereança, é que se faz necessário o presente pedido.